ISSN: 2358-8829

A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA AO LONGO DA HISTÓRIA: PROPÓSITOS E REFLEXOS NA VALIDAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO

Martha Priscila Bezerra Pereira [1]

INTRODUÇÃO

Ao observar a história do ensino superior em cada período com suas várias denominações até chegar à universidade, esta instituição foi criada para formação de líderes a partir de sua cosmovisão e em cada situação foi submetido ao poder hegemônico de sua época e seu local, seja filosófico, religioso, militar ou estatal (Pereira, 2026).

No Brasil, os embates também estiveram em torno dos poderes dominantes, seja do poder do país colonizador, da religião, império ou estado. No período em que se organizou inicialmente houve o embate entre a proibição de Portugal e as tentativas de levar esse conhecimento mais aprofundado através dos jesuítas, uma vez que entre a Idade Moderna e Contemporânea houve um direcionamento da expansão das universidades para o continente americano (Pereira, 2026). No período Imperial (1808-1889) em que o ensino superior passou a ser implantado no país de forma mais organizada Castanho (apud Santiago, 2006) afirmou que teríamos dois modelos de universidade coexistindo: a Democrático-Nacional Participativo e a Neoliberal-globalista-plurimodal.

Era um período em que há uma demanda por um maior número de profissionais especializados e um maior rebuscamento intelectual. Pelo que se pode observar, a universidade se ajusta para atender à difusão do saber (como desdobramento da Revolução Científica iniciada por Descartes), sofre influência da era napoleônica (1789-1815) e passa a atender às necessidades do mercado por profissionais especializados.

Essa universidade atende aos interesses do sistema capitalista de produção, porém sofre reformas na medida em que esse sistema passa a sofrer maior influência de grupos diferenciados (Siqueira, 2012). Porém, algo importante a destacar é a diferença na forma

[1] Docente na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, mpbcila@yahoo.com.br; mpbcila@prosaudegeo.com.br.

como se observa a qualidade dessas instituições, que continuam a diferenciar os locais de formação de líderes e da formação da força de trabalho em todo o mundo.

O objetivo deste trabalho é entender os propósitos e territorialização da universidade pública brasileira ao longo da história. A importância de se realizar um estudo como este seria devido o entendimento de como lidar com os alunos das gerações nativo-digitais interagindo com os propósitos atuais da universidade. Desta forma, este trabalho está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira "*Metodologia*" busca mostrar os procedimentos metodológicos. Na segunda "*Referencial teórico*" traz os fundamentos que alicerçaram esta revisão. Na terceira "*Resultados e discussão*" busca mostrar os resultados até então alcançados.

METODOLOGIA

Os procedimentos utilizados para atender a esse objetivo foram o levantamento de referências seguido de uma revisão da literatura e uma proposição de como melhorar a validação institucional e social.

O levantamento de referências consistiu no suprimento de lacunas no conhecimento sobre o tema, no referencial teórico e metodológico. A proposição de como melhrar a validação institucional e social é com base nos resultados obtidos nesse levantamento.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino superior passou a ser implantado no país de forma mais organizada quando os modelos mais importantes de universidade eram o Democrático-Nacional Participativo e a Neoliberal-globalista-plurimodal (Castanho, 2000, apud Santiago, 2006). No **modelo Democrático-Nacional Participativo** a universidade deve ser um espaço livre da manifestação do espírito nacional e se aglutina em torno do Estado Nacional. No **modelo Neoliberal-globalista-plurimodal** esta instituição orienta-se para as exigências do mercado mundial e assume vários modos de agir, de acordo com a necessidade do mercado.

Defende-se que para entender a universidade atual é necessário observar quais grupos sociais estão influenciando essa instituição, o perfil dos trabalhadores (servidores técnicos administrativos; professores) e discentes, assim como, entender a cultura em que está inserida, estando sujeitas a um jogo multiescalar que inclui a apropriação de ideias

existentes, aproveitamento de experiências locais exitosas, normatização do território e a formação de territórios-rede (Pereira, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender um pouco sobre os propósitos e territorialização da universidade pública brasileira ao longo da história propôs-se alguns cortes temporais que se configuram como mudanças de ação para entender as permanências e rupturas na própria instituição e suas necessidades atuais.

Conhecimento superior no Brasil: de 1500 aos dias atuais

No período colonial (de 1500 a 1808), não havia interesse de Portugal na formação de Universidades no Brasil. Quem pretendia frequentar o ensino superior oficial precisava viajar até Coimbra ou Évora (Mendonça, 2000). Apesar dessa proibição, a partir de 1572, os jesuítas fundaram colégios em vários locais do Brasil, como em Mariana – MG, Olinda – PE, Recife – PE, Rio de Janeiro – RJ, Salvador – BA, São Paulo – SP e Vila Rica (atual Ouro Preto) – MG, entre outros locais nos estados do Maranhão e Pará, onde o ensino repassado era equivalente a alguns cursos superiores (Barreto e Filgueiras, 2007; Seligardi, Tagliavini, 2014; Vasconcelos, 2020). Na Inconfidência Mineira (1789-1792), uma das demandas era a criação de uma universidade (Fávero, 2006).

O período colonial foi de muitos embates, principalmente entre colonizadores, que estavam residindo no Brasil e queriam que os seus descendentes tivessem um acesso mais fácil ao ensino superior, e o governo de Portugal. Mesmo os jesuítas trazendo informalmente o conhecimento superior ou parte dele aplicado a suprir necessidades locais (sem reconhecimento formal), não era suficiente para atender aos anseios e necessidades de determinadas formações profissionais.

Entre 1808 e 1889 a corte portuguesa criou cursos isolados de ensino superior, porém nenhum deles era denominado universidade de fato e assim continou após a independência política até 1930. Esses cursos isolados, através de escolas profissionais, academias militares, escolas e sociedades variadas foram a base para a instituição das universidades no início do século XX (Mendonça, 2000; Barreto e Filgueiras, 2007).

A implantação desse tipo de instituição no Brasil ocorreu no período em que, na Europa, estava se organizando um dos modelos de universidade clássica, que unia o ensino com a pesquisa, instituído no momento em que houve a fundação, em 1810, da

ISSN: 2358-8829

Universidade de Berlim na Prússia. Todavia, a implantação da universidade no Brasil teve como referência inicial o modelo da Universidade de Coimbra em que foram introduzidas as denominadas Ciências Modernas como Química, Física e História Natural, mas ainda estava centrada apenas no ensino (Barreto e Filgueiras, 2007). Desta forma, iniciamos em um modelo de universidade que não era tendência no mundo.

Entre 1931 e 1968, ainda que sob regimes autoritários (Estado Novo – 1930-1945; Regime Militar – iniciado em 1964) revelou-se decisivo para a construção das universidades brasileiras modernas. A centralização política promoveu uma arquitetura institucional robusta e regulada; ao mesmo tempo, intelectuais e educadores lutaram por visões alternativas de autonomia, modernização e missão social da universidade. Esse jogo de tensões – entre controle e liberdade, tradição e inovação – moldou a estrutura duradoura do ensino superior no Brasil, com a inclusão da pesquisa como indissociável do ensino com a Reforma Universitária de 1968 (Brasil, 1968; Celeste Filho, 2006; Pereira, 2026).

Entre 1969 e a década de 1980, a estrutura departamental auxiliou na melhoria da distribuição do poder dentro da universidade; e a pós-graduação contribuiu para a consolidação da pesquisa como eixo da vida acadêmica. Em relação à autonomia universitária, já aprovada na reforma de 1968, foi reafirmada na constituição de 1988, além da inclusão da extensão, formando o tripé básico de nossa universidade que inclui a pesquisa, o ensino e a extensão. Porém já começaram as influências externas em relação a uma reforma educacional com base neoliberal (Cunha, 2007, Ferreira e Oliveira, 2010; ABMES, 2018; Pereira, 2026).

Entre a década de 1990 e 2015 percebe-se que, mesmo com a regulação transnacional do ensino superior, o Brasil teve algumas especificidades devido às mudanças ideológicas de governos mais neoliberais (1990-2002) ou mais progressistas (2003-2015). Estes, mesmo sendo insuficientes para mudar o curso contra o neoliberalismo em sua completude, forneceu períodos de maior fôlego para a universidade pública brasileira, inclusive no seu aspecto da interiorização (Brasil, 1996; CAPES, 2005; Fabrino, 2010; Ferreira e Oliveira, 2010; Bovério, 2014; Rosa, 2014; Silva, 2016, Lozano, Calzolari Neto, Furlan e Bazon (2020)

Entre 2016 e 2026 o Brasil começou a sofrer interferência de um novo direcionamento político e regulatório, o iliberalismo. O iliberalismo apresenta as seguintes características de acordo com Yacha Mounk (2019): modificar itens da

ISSN: 2358-8829

constituição ou mesmo a constituição, para restringir liberdades políticas e civis a fim de poder agir com mais liberdade, questionando todas as intituições independentes para centralizar a confiança e o poder no líder ou em torno do patido desse líder. A partir dessas atitudes, podem agir a partir de um populismo autoritário, com ditaduras que são eleitas pelo povo, destruindo a liberdade de imprensa e as instituições independentes (entre as quais a universidade pública), bem como silenciando qualquer oposição de todas as maneiras que conseguem. Situações que ocorreram em algum nível no Brasil segundo Pereira (2026).

Outra maneira de observar a situação entre 2016 e 2026 das universidades está em sintonia com a discussão dos tipos de conhecimentos, com a visão complexa/sistêmica que une os tipos de conhecimentos para fornecer uma visão holística do ser humano e de tudo ao seu redor. Essa influência holístida se coloca na prática de trabalho, no sentido de demonstrar a necessidade de se trabalhar de forma intersetorial para resolver problemas práticos na sociedade.

Mais uma faceta possível de observação da universidade seria em relação à intensificação da complexidade e da desigualdade social que se instaurou na universidade. Por um lado, as reformas universitárias ocorridas desde a reforma de 1968 e a ideia de abrir vagas para a população menos abastada foram importantes para a inclusão social. Por outro lado, surgiram outras demandas que não foram supridas, devido ao fato de o aluno que vem das classes menos abastadas geralmente precisar de auxílio, tanto na complementação da formação básica quanto no aspecto financeiro para se manter na universidade. Quando esse aluno não supre o déficit educacional ou precisa se inserir no mercado de trabalho antes de finalizar o curso, tem seu rendimento escolar diminuído ou mesmo abandona o curso, não se efetivando a ideia inicial de inclusão desse grupo populacional. A política de cotas raciais, pessoas com deficiência e com vulnerabilidade socioeconômica (em especial indígenas e quilombolas) tem sido uma maneira de popularizar a universidade e fazer com que determinado grupo social, que teria dificuldade de entrar ou finalizar o curso, tenha a chance de obter êxito, amenizando um pouco as consequências dessas desigualdades ao direcionar alguns dos auxílios (Ministério da Educação, 2023). Porém ainda há a necessidade de uma mudança de concepção no próprio organograma de alguns cursos no sentido de resolver o desnível de formação básica.

ISSN: 2358-8829

De outro lado, esse corpo discente mais heterogêneo (pelo nível de formação, estrutura familiar diferenciada, classe social e características intrínsecas ao seu ambiente de moradia, cosmovisão ou algum tipo de deficiência) também tem sofrido com uma mudança geracional mais acentuada do que ocorria em tempos anteriores devido ao surgimento da geração nativo-digital (gerações Y e Z).

Convivem nessa universidade mais de um tipo de geração (pelo menos as gerações X, Y, Z), sendo necessário entender pelo menos algumas características gerais dessas gerações.

É importante observar as características gerais dessas gerações pois em cada época vivenciamos um contexto histórico específico, mantemos contato com determinada técnica e tecnologia e somos influenciados por determinados tipos de crenças que podem nos direcionar para caminhos pessoais e profissionais diferenciados (quadro 1).

Quadro 1: Características gerais da maior parte das gerações que convivem na universidade na década de 2020.

GERA-ÇÃO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
X	**Nascida entre 1965 e 1980** (embora alguns autores apontem entre 1961 e 1981). Em geral são independentes, pragmáticos e altamente adaptáveis, conhecidos como a geração de transição, por terem crescido no mundo analógico e migrado para o digital. Costumam valorizar a autossuficiência. Quanto ao ritmo de trabalho é equilibrado e focado em entregas. Não possuem tanto imediatismo, mas exigem processos lógicos e eficientes, rejeitando burocracias desnecessárias. Considerando a idade média de ingresso como 18 anos, puderam ingressar entre 1983 e 1998. Tem como maior ambição o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional (gostando da flexibilidade no trabalho), estabilidade financeira e reconhecimento formal de seu trabalho. São profissionais focados em resultados, que respeitam a hierarquia (mas questionam com base lógica). Preferem autonomia para trabalhar (não gostam da microgestão).
Y	**Nascida entre 1980 e 1994**. Em geral pensam o mundo com maior amplitude geográfica devido o uso da internet, tem acesso e mais facilidade ao uso de tecnologias, absorvendo melhor a lógica e vocabulário. São dependentes da tecnologia para realizar ações. Querem criar soluções, produtos, serviços, ou negócios. Desde cedo tiveram que aprender a gerenciar o tempo com muitas atividades. Considerando o marco de 18 anos, o acesso a IES ocorreu entre 1997 e 2012. Planejam a curto prazo. Tem como ambição ganhar bem, mas tem dificuldade de suportar o processo, quer autonomia e horários flexíveis, quer uma carreira que se adeque ao seu estilo de vida. Estão sempre em busca de novos desafios e necessitam de aprendizado constante devido às mudanças tecnológicas. Tem mais facilidade em acatar a diversidade. Importa trabalhar em uma instituição que se preocupa com a sociedade e o meio ambiente. Entende que foi reconhecido se tiver aumento de salário. Precisam de elogios constantes e são mais ansiosos que a geração anterior. No trabalho, precisam aprender a ter uma expectativa mais realista, comemorar os pequenos avanços para conseguir suportar o tempo do processo de crescimento profissional. Querem entender que fazem parte de um propósito maior.

Quadro 1: Características gerais da maior parte das gerações que convivem na universidade na década de 2020 (cont.)

GERA-ÇÃO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
Z	**Nascida entre 1995 e 2010**. Cresceu durante a consolidação da sociedade digital, globalização em rede e de um período de intensa aceleração tecnológica. Cresceu junto com o surgimento dos smartphones, redes sociais, vídeoconferências e comunicação instantânea. Sua identidade foi construída no ambiente doméstico e virtual. Seu território é o mundo virtual, mas na vida privada se resume ao lugar de vivência com poucos contatos. Possui uma sensação constante de exposição e vigilância. Se sente vivendo em um mundo acelerado, faz parte de um mundo permanentemente conectado, acelerado e instável. Faz parte da cultura do streaming e da hiperconectividde. Com o marco de 18 anos, seu período de entrada na universidade se estende de 2012 até 2028. Buscam múltiplas fontes de renda devido o trabalho ser em geral, temporário. Valorizam a flexibilidade no trabalho e não acreditam em carreiras lineares tradicionais, apesar de valorizarem a qualificação constante, associada a oferta constante de novos cursos na internet. Sua sociabilidade é mediada por telas, são extremamente ansiosos em relação ao futuro e se sentem em uma sociedade do risco de pandemias, desastres, etc. Têm acesso a tanta informação que precisam de orientação de percurso para aprender a selecionar, interpretar, relacionar, aprofundar e problematizar para ter um pensamento mais crítico. Precisa construir sentido em meio ao caos.

Fonte:Comazzetto, Perrone, Vasconcellos, Gonçalves, 2016; Colet e Mozzato, 2019; Oliveira, Reinaldo, Cardoso, Silva, 2025; Pereira, 2026;

Em relação ao que permaneceu no ambiente universitário brasileiro podemos elencar algumas situações de tensões e embates e discussão sobre a formação profissional.

No que diz respeito às tensões e aos embates, desde o período colonial há uma luta entre um grupo que quer a implantação de universidades para acolher seus descendentes ou para fazer desenvolver o local como outro grupo que prefere que a população em geral permaneça sem esse tipo avançado de estudo, sendo suficiente o estudo para a formação de força de trabalho local, através de cursos técnicos de nível médio, por exemplo. Quando finalmente a universidade se instala, o embate gira em torno de quem controla e seus níveis de controle, até que ponto será tradicional ou inovadora (disputas ideológicas), qual o seu perfil. Entre 1990 e 2026, a luta ocorre em relação às necessidades da sociedade, às imposições da regulação transnacional e à agenda neoliberal e iliberal.

Outro debate foi em torno da autonomia, houve uma busca incessante até a reforma universitária de 1968, que foi ratificada na Constituição de 1988. Mas, de fato, nunca houve total autonomia em todas as dimensões, e ela inclusive tem diminuído ao longo do tempo, o que faz permanecer o discurso em torno da luta por essa conquista.

ISSN: 2358-8829

Sobre a formação profissional, a universidade continuou com a estrutura anterior, em relação a ter na sociedade a formação de líderes e a formação da força de trabalho, ainda que aparentemente tivesse havido a abertura do ensino para um número maior de alunos. A partir da reforma de 1968, ocorreu o que Mainka (2009) denomina de massificação das instituições, e pelo menos no Brasil as universidades passaram a aceitar um maior número de estudantes. Porém há cursos e universidades que continuam formando líderes, enquanto outros cursos e universidades formam apenas a classe trabalhadora. Essa diferenciação de materializa no tipo de formação do aluno e na postura que ele passa a ter após a conclusão de seu curso de ensino superior. Também permaneceram o cosmopolitismo acadêmico e a internacionalização, que inclusive tem sido ainda mais valorizada no século XXI.

Em relação às mudanças, elas estão em torno das seguintes questões: a) institucionalização; b) foco no ensino, pesquisa e extensão; c) estrutura acadêmica; d) influência ideológica e; e) mudança geracional acentuada com os nativo-digitais. Foi institucionalizada de forma pública (federal, estadual ou municipal) ou privada. A pesquisa e extensão foram acrescentadas ao ensino como parte da base de trabalho na universidade brasileira. Sua estrutura acadêmica sofreu uma grande mudança ao sair do modelo europeu e ser departamental, conferindo melhor distribuição de poder no ambiente universitário. A influência ideológica ou agenda internacional de direcionamentos políticos-regulatórios também se refletiu na legislação e teve consequências diferenciadas para o trabalhador e para o aluno universitário, alternando entre vieses mais liberais (neoliberais ou iliberais) ou progressistas, com maior ou menor influência religiosa, do Estado ou do mercado. Os nativo-digitais tem provocado reflexão e mudanças no processo ensino-aprendizagem e na forma de realizar a pesquisa e a extensão universtária.

Ações importantes na convivência complexa

As Instituições de Ensino Superior territorializaram o país na medida em que se buscava desenvolver determinada localidade, seja por iniciativa privada, municipal, estadual ou federal. O período entre 2003 e1014 foi o de maior avanço da quantidade e interiorização da universidade pública (Camargo e Araújo, 2018). Também foi o período em que as gerações Y e Z entraram na universidade e tiveram maior acesso, com toda a sua variedade, tornando-se um momento complexo para o processo ensino-aprendizagem.

Essa combinação modificou o perfil do aluno e provocou mudanças significativas na forma como se lida com esse aluno.

No que diz respeito às leituras, estas passaram a ocorrer em maior proporção de forma digital. Isso se adequa às novas formas de acessar os textos, mas também auxilia na economia com possível compra de livros ou o pagamento das xerox para fins didáticos. Os livros físicos são acessados apenas na Biblioteca, sendo mais comuns a utilização de artigos ou outros materiais online.

Em relação à política de cotas e sociais, estas têm amenizado a situação financeira dos alunos. Todavia, em relação aos alunos deficientes, tem-se desenvolvido novas táticas e estratégias para receber esse aluno de forma acolhedora, além de auxiliá-lo no aprendizado dos conteúdos, ainda que possua algumas limitações específicas.

Tem sido importante desenvolver um monitoramento diferenciado para engajar, desenvolver e reter o aluno no curso e na universidade (Deci e Ryan, 2000) com estratégias de liderança (Cumberland, 2022) e buscando mostrar a esse aluno uma mentalidade de crescimento (Dweck, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento de nível superior no Brasil sempre foi tema de discussão na sociedade devido os projetos de poder em relação à população residente. Todavia, houve a interiorização e maior inclusão principalmente entre o final do século XX e início do século XXI.

Na década de 2020 de um lado temos o iliberalismo em que a validação do saber científico passou por uma negociação soicial da verdade ao produzir o conhecimento, mas precisa de uma validação institucional e social para ser aceita. Por outro lado, temos os alunos das gerações Y e Z que possuem novas perspectivas de vida e precisam de mudanças no ensino na pesquisa e extensão para que a convivência intergeracional seja mais produtiva.

Palavras-chave: Universidade Pública, liderança, validação do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ABMES. **30 anos da Constituição Federal**: avanços e desafios para a educação superior no Brasil. Brasília - DF: ABMES, 2018.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da universidade brasileira. Química Nova, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/qn/a/rzxmW6ggvDDvXJYLBFkg38m/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 out. 2026.

BOVÉRIO, Maria Aparecida. **PROUNI**: estudo multicasos com bolsistas beneficiários (estudantes e egressos) de sete instituições de ensino superior do interior de São Paulo. 2014, 472f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) Faculdade de Ciências e Letras-UNESP – Araraquara. 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/883e6fcd-93f7-42a8-85f9-0a2bf0bab45a/content. Acesso em 15 nov. 2025.

BRASIL. Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, 29 nov. 1968. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

CAMARGO, Arlete Monte de; ARAÚJO, Israel Martins de. Expansão e territorialização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scentarum Education**, v. 40, e37659, 2018. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v40n1/2178-5201-actaeduc-40-01-00007.pdf. Acesso em: 09 out. 2026.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação** (PNPG) 2005-2010. Brasília: CAPES, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-2005-2010-pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo** – década de 1960. Orientador: Kazumi Munakata. 2006. 293f. Tese (Programa de Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP, 2006. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/10540/1/MACIONIRO%20CELESTE%20FILHO.pdf. Acesso em: 19 out. 2026.

COLET, Daniela Siqueira; MOZZATO, Anelise Rebelato. "Nativos digitais": características atribuídas por gestores à Geração Z. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**. Canoas - RS, vol. 8, n. 2, p. 25-40, 2019. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/5020. Acesso em: 25 set. 2026.

COMAZZETTO, Letícia Reguelin; VASCONCELLOS, Sílvio José Lemos; PERRONE, Cláudia Maria; GONÇALVES, Júlia. A geração Y no mercado de trabalho: um conflito comparativo entre gerações. **Psicologia**: ciência e profissão, vol. 36, n. 1, p. 145-157, jan/mar, 2016. Disponível em: scielo.br/j/pcp/a/sMTpRhKxjvNjr7wQV9wFksH/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 02 nov. 2026.

CUMBERLAND, Nigel. **100 coisas que líderes de sucesso fazem**. Tradução: Ivan Panazzolo Júnior. Bauru – SP. Austral Cultural, 2022, 272p.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era Vargas. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DECI, Edward L.; RYAN, Richard M. The 'what' and 'why' or Goal Pursuits: Human Needs and the Self-Determination of Behavior. **Psychological Inquiry**. Philadelphia – PA, vol. 11, n.4, p. 227-268, 2000. Disponível em: https://selfdeterminationtheory.org/SDT/documents/2000_DeciRyan_PIWhatWhy.pdf. Acesso em: 25 out. 2026.

DWECK, Carol S. **Mindset**: the new psychology of success. New York – NY: Ballantine Books Trade Paper back Edition, 2016, 264p.

FABRINO, Ricardo José Grossi. **Financiamento do Ensino Superior**. SEMINÁRIO NACIONAL DO REUNI, 8. Tema: Universidades Federais: Consolidação e expansão – 2011-2020. Disponível em: https://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/apresentacoes/financiamento_ensino.pdf. Acesso em 15 nov. 2025.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, PR, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n28/n28a03.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. As reformas da educação superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. Nuances: Estudos sobre Educação, v. 17, n. 18, p. 50-67, 2010. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/c1d32a7b-c7d0-4fc2-a2c4-b267e907330e/content. Acesso em: 11 dez. 2025.

LOZANO, Daniele; CALZOLARI NETO, Anselmo João; FURLAN, Elaine Gomes Matheus; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra. Tendências neoliberais nas reformas e no financiamento do ensino superior brasileiro no início do século XXI. **Revista Educere et Educare**, Cascavel – PR, vol. 15, n. 36, p. 1-22, 2020. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24409/16379. Acesso em 19 out. 2025.

MAINKA, Peter Johann. As universidades européias no período pré-moderno (século XII-1800). **Educere et Educare** – revista de Educação. Cascavel – PR, vol. 4, n. 7, jan/jun. 2009. Disponível em: https://e-

revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/3235. Acesso em 10 set. 2025.

MENDONÇA, Ana Walesca P. C. A universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 131-150, maio/ago. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdcVKtgLrFskfxLJ/?format=pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Legislação e atos normativos**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas/legislacao-e-atos-normativos. Acesso em: 27 mai. 2026.

MOUNK, Yacha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução de: Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. 1ª ed. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2019, 419p.

PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. Conhecimento geográfico para a promoção da saúde. **Hygeia**, Uberlândia – MG, vol. 6, n. 10, p. 77-88, jun, 2010. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16978/9364. Acesso em: 02 jan. 2026.

PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. **Do zero ao trabalho pronto**: metodologia do trabalho científico sem mistério. 1.ed. Campina Grande – PB: Ed. Da autora, 2026, 280p. Disponível em: https://clubedeautores.com.br/livro/do-zero-ao-trabalho-pronto. Acesso em: 25 ago. 2026.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Marcos legais e a Educação Superior no século XXI. **Revista Eletrônica de Educação,** v. 8, n. 3, p. 236-250, 2014. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1029/369. Acesso em: 19 out. 2026.

SANTIAGO, Dalva Gonzalez. **Novas tecnologias e o ensino superior:** repensando a formação docente. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2006. Disponível em: https://livros01.livrosgratis.com.br/cp023415.pdf. Acesso em: 31 set. 2026.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão; TAGLIAVINI, João Virgílio. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais, 1750-1850. Revista HISTEDBR On-line. p. 230-267, jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640414/7973. Acesso em: 10 nov. 2025.

SILVA, Leandro da. Avaliação da educação superior no Brasil: políticas, instrumentos e tensões. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 623-638, 2016

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Igreja Católica como agente estruturador da cidade do Salvador no período colonial. **Geografares**, Vitória – ES, vol. 31, p. 30-64, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/geografares/651. Acesso em 10 dez. 2025.